



Munich Personal RePEc Archive

Evolution of Informal Labor Market in State of Paraná

Staduto, Jefferson Andronio Ramundo and Joner, Paulo
Roberto and Schio, Thyago Américo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2010

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/42136/>
MPRA Paper No. 42136, posted 23 Oct 2012 13:05 UTC

Evolução do mercado de trabalho informal no Estado do Paraná¹

Evolution of Informal Labor Market in State of Paraná

Jefferson Andronio Ramundo Staduto²

Paulo Roberto Joner³

Thyago Américo Schio⁴

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a evolução do setor informal de trabalho do estado do Paraná, no período 1992 a 2005, destacando as suas dimensões espacial, setorial e demográfica. O estado do Paraná foi dividido em duas regiões: Metropolitana (RM) e Regional Não Metropolitana (RNM). Foi avaliado o comportamento do grau de informalidade (GI) nesse período por setor e a contribuição da estrutura setorial na variação do GI. O Paraná na década de 1990 foi fortemente impactado pela abertura comercial e também por uma nova onda de investimentos. A economia informal no Brasil reduziu levemente de 1992 a 2005, mas no Paraná foi mais acentuada essa redução. Na RNM paranaense, o GI reduziu consistentemente, mas o setor industrial apresentou crescimento do GI, no entanto, foi amplamente compensado pelo setor agropecuário, que não reduziu expressivamente o GI, mas, sobretudo, a sua participação no total das ocupações, provocada pelo fechamento de posto de trabalho. Na RM, o GI apresentou pequena redução, o setor de construção civil avançou na informalidade e os demais setores não apresentaram variações expressivas, exceto o setor de serviços, que apresentou redução do GI. No estado do Paraná, o GI reduziu em razão da redução da informalidade no setor agropecuário e da mudança estrutural. No estado do Paraná, a participação das mulheres na informalidade cresceu enquanto a dos homens estabilizou, e observou-se que os níveis médios de escolaridade e idade aumentaram tanto na informalidade quanto na formalidade.

Palavras-chave: trabalho informal; economia informal; região metropolitana; região não-metropolitana; Estado do Paraná.

Abstract: This article aims to analyze the evolution of the informal sector of labor in Paraná State – Brazil – between the 1992 – 2005, highlighting its spatial dimensions, sectoral and demographical. The Paraná State was divided in two regions: Metropolitan (MR) and Non-Metropolitan (NMR). It was evaluated the informality degree (ID) behavior by sector and contribution of sector structural to the GI's variation. The informal economy in Brazil reduced softly between 1992 and 2005, but in Paraná State was stronger the reduction. In the RNM, the ID reduced consistently, but the industrial sector showed ID's growth, however, it was widely compensated by the agricultural sector, that does not reduced strongly the ID, but the participation in the total of occupations, caused by the closed of occupations. In MR, the ID showed slow reduction. The construction sector had headway in the informality and the others sectors do not showed variation, except the services sector, that showed ID's reduction. In Paraná State, GI reduced because the informality reduction in agricultural sector and also because structural changes. In Paraná State the participation of women in informality grew while the participation of men stabilized, and showed that the education level and age increased in the informality as in formality.

Keywords: informal work; informal market work; informal economy; metropolitan region; non-metropolitan region; Paraná State.

JEL: J81; J82; J21

¹ Artigo recebido em novembro de 2009 e aprovado em maio de 2010.

² Professor do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE/Toledo-PR, Pesquisador do CNPq. E-mail: jstaduto@yahoo.com.br

³ Economista pela UNIOESTE/Toledo-PR. E-mail: paulo_joner@sicredi.com.br

⁴ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas pela UNIOESTE/Toledo-PR. E-mail: thyagoas@yahoo.com.br

Introdução

A distribuição do emprego e a atual estrutura da economia brasileira refletem as transformações sociais e econômicas vivenciadas pelo País nas últimas três décadas, tais como o processo de modernização da agropecuária, a urbanização acelerada, a exacerbada da concentração de renda, os planos econômicos e a desregulamentação econômica. Na década de 1990, a mudança de postura frente ao mercado externo com a abertura comercial gerou impactos na modernização do processo produtivo e também em muitos setores pouco competitivos. Mais recentemente, o cenário nacional desfruta dos benefícios da estabilidade monetária e do rigor fiscal obtendo aumento da atividade econômica.

A economia nacional sofreu choques de natureza interna e externa, que atingiram os setores da economia de forma distinta, mas também impactou diferenciadamente as regiões. Este comportamento fica mais evidente, sobretudo no caso brasileiro que apresenta grande dimensão territorial e relativa dispersão das atividades econômicas.

A desconcentração produtiva brasileira e, fundamentalmente, a industrial iniciada nos anos de 1970 em um quadro de acelerado crescimento econômico foi um importante fenômeno para economia nacional. Ela foi arrefecida nos anos de 1980, porque os esforços do estado e da sociedade estavam voltados para o controle da inflação. No entanto, a dispersão industrial surge novamente nos anos de 1990 com o controle do processo inflacionário e novas inversões.

A desconcentração industrial está alterando a distribuição espacial das atividades econômicas, a polarização regional no País, bem como seus efeitos sobre o mercado de trabalho brasileiro. As capitais dos estados e seu entorno, ou seja, as Regiões Metropolitanas apresentaram grande capacidade de atrair as atividades industriais modernas. No estado do Paraná a Região Metropolitana de Curitiba foi igualmente beneficiada pela concentração de novos investimentos. As atividades instaladas refletem sobre a qualidade do trabalho e nível de renda os quais podem ser segmentados em setor formal e informal.

Por outro lado, na Região Não-Metropolitana (RNM) a pressão de oferta de trabalho sobre o mercado de trabalho se deve em grande parte à mecanização das atividades agrícola que liberou grande contingente populacional. Já na Região Metropolitana de Curitiba (RM) essa pressão ocorre em função dos fortes fluxos migratórios formados por aqueles trabalhadores deslocados de suas atividades agrícolas pela mecanização no interior do estado. No entanto, na RM aumentou a demanda por trabalho mais qualificado devido instalação de diversas empresas oriundas de outros estados, além dos novos investimentos.

Neste contexto, o objetivo central deste artigo é examinar a evolução do trabalho informal em duas grandes regiões paranaenses: a Região Metropolitana de Curitiba e a Região Não Metropolitana⁵. A análise do setor informal fica mais robusta analisando-a de forma comparativa com o setor formal conforme é proposto neste artigo.

⁵ Esse tipo de recorte espacial é proposto por outros autores como Beyes e Nelson (2000) e Staduto e Maldaner (2009).

2 Mercado de trabalho brasileiro: breve considerações

O modelo de crescimento econômico adotado no Brasil em 1950, a substituição das importações, esgota-se em fins dos anos 1970, e desde então a estrutura industrial passou por fortes transformações provocadas pelo processo inflacionário das décadas de 1980 e meados da década de 1990; impactado pelos sucessivos planos econômicos de estabilização monetária. As turbulências da economia impactaram de forma diferenciada nos setores produtivos, tanto que a agropecuária na década 1980, período de crise econômica, em que o produto nacional brasileiro pouco crescia, teve uma taxa de incremento do produto superior ao nacional, reduzindo a gravidade da situação. Esse contexto repercutiu na formação de uma estrutura produtiva mais descentralizada a partir da década 1980 e aprofundando-se nos anos 1990.

A abertura comercial no início dos anos 1990 engendra na economia novos elementos no setor produtivo, que repercutiu em todos os ramos de atividades. Além disso, a política econômica passa a ter uma nova configuração, desregulamentando alguns setores e cadeias produtivas que estavam há anos sobre forte influência estatal; e a transferência patrimonial de empresas públicas para o setor privado, essas e outras medidas estavam no sentido de reduzir o tamanho do estado e fundamentalmente as despesas públicas.

A competição do produto nacional em relação ao produto importado acelerou na economia brasileira a implantação de métodos inovadores à realidade das empresas, tais como a contenção de despesas e novos processos de produção e gerenciamento. Além disso, nas empresas se multiplicaram os programas direcionados ao aumento da qualidade.

Segundo Dedecca e Baltar (1997), a abertura comercial levou a um processo de enxugamento em muitas grandes empresas a fim de reduzir custos, o que resultou na eliminação de inúmeros empregos formais, sendo que estas vagas passaram a ser ocupadas por máquinas e mão de obra informal, disponibilizada por empresas prestadoras de serviços através da terceirização.

Segundo Neri et al. (2000), Comim e Guimarães (2002), Ramos e Ferreira (2006), os efeitos da abertura comercial ocorrida na década de 1990 afetaram mais intensamente os setores de transformação e de serviços. O primeiro setor foi em função da concorrência imposta pela abertura comercial. Enquanto isso, a participação do setor de serviços cresceu expressivamente neste mesmo período, principalmente em função da estratégia adotada por muitas empresas de reduzir sua estrutura produtiva através da terceirização da mão de obra.

Ramos e Ferreira (2004) abordam fatores como a realocação da mão de obra e a desconcentração industrial como sendo preponderantes nos estudos sobre o mercado de trabalho. Usam como exemplo o caso da indústria, normalmente concentrada nos grandes centros metropolitanos, tendo um forte processo de descentralização com a migração de inúmeras indústrias para fora dos grandes eixos produtivos do País.

Neri et al. (2000) constaram que as transformações ocorridas na estrutura da economia no início da década de 1990 provocaram aumento do desemprego nos primeiros anos da década em virtude da lentidão do ajuste do mercado de trabalho, com deslocamento do emprego da indústria para os setores de serviços e comércio. Conforme Comim e Guimarães (2002), tão expressiva quanto essa migração setorial foi a conversão dos empregos formais em informais. Até o início dessa década, o vínculo formal de trabalho foi a modalidade predominante de inserção,

caracterizando a situação de mais da metade dos ocupados. As demais modalidades, o vínculo empregatício informal, o trabalho por conta própria e condição de empregador, experimentaram crescimento, ainda que essa última seja residual.

Para Neri et al. (2000), a tendência de crescimento da taxa desemprego aberto a partir de 1997, se deve à incapacidade desses setores de compensar as perdas de emprego ocorridas no setor industrial. Costanzi (2004) constatou que o crescimento econômico no período de 1985 a 2002 foi de 2,3% a.a., sendo relativamente baixo em relação às décadas anteriores. No entanto, a evolução do emprego formal foi mais decepcionante, cresceu somente 2% a.a..

No que tange a distribuição espacial do emprego formal, houve ligeira desconcentração nas regiões Sudeste e nas Regiões Metropolitanas, que apresentaram as menores taxas de crescimento, enquanto as regiões menos desenvolvidas, mais especificamente Centro-Oeste, Norte e Nordeste, nesta ordem, apresentaram as maiores taxas de incremento dos postos de trabalho formais de 1985 a 2002 (COSTANZI, 2004). A desconcentração dos postos de trabalho é reflexo da igual desconcentração industrial que ocorreu no período e mais intensamente na década de 1990, sentido capital interior e Sudeste para as demais regiões.

A dispersão industrial reflete na dinâmica das regiões brasileiras. Alguns estados celebram com as novas decisões de investimento e consagram o crescimento da indústria de transformação; utilizam a matéria-prima do setor agropecuário, são as chamadas agroindústrias. O conjunto dessas atividades denominado de agronegócio contribui para transformar o perfil de vários estados e engendram uma nova dinâmica que se move do industrial (agroindustrial) para uma dinâmica urbana (bens e serviços).

Nos primeiros anos desse século no Brasil houve forte aumento da atividade econômica e perceptível no mercado de trabalho. Segundo Ambrozio (2007), o emprego formal de 2000 a 2005 cresceu 4,9% a.a., enquanto 1996 a 1999 o crescimento foi a apenas de 1,3 a.a. Boa parte da destruição dos postos de trabalho industrial no estado de São Paulo e, principalmente, do Rio de Janeiro foi deslocada para os estados do Paraná e Santa Catarina.

Esse processo de desconcentração foi fundamental para a configuração da atual estrutura produtiva e o dinamismo econômico das cidades de médio porte não-metropolitanas. A partir da década de 1980, pôde-se perceber também uma certa reversão no ciclo de expansão produtiva, de modo que as cidades médias apresentaram índices de crescimento superiores aos das cidades grandes⁶, sendo que estas praticamente se estabilizaram nas últimas décadas (STAMM, 2005).

3 O Estado do Paraná duas grandes regiões

Com a desconcentração industrial do centro dinâmico nacional (São Paulo) o seu novo lócus foi, primeiramente, ligado às Regiões Metropolitanas, as quais foram institucionalizadas em 1973, desta forma, captaram boa parcela da desconcentração industrial (SABÓIA, 2001). Nesse contexto, a Região Metropolitana de Curitiba foi beneficiada e teve rápida transformação econômica, nesse ciclo de investimento (MOTIM, FIRKOWSKI e ARAÚJO, 2002). A cidade industrial de Curitiba foi criada

⁶ Para o autor, podem ser consideradas como grandes todas as cidades com população superior a 500.000 habitantes.

para receber investimento de natureza industrial com o auxílio da administração pública nas esferas federal, estadual e municipal.

As primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil foram instituídas no início da década de 1970. As Regiões Metropolitanas como áreas administrativas formadas pelos maiores municípios do país e os municípios a eles conurbados (FIRKOWSKI e MOURA, 2001). O crescimento da Região Metropolitana de Curitiba foi, novamente, beneficiada com a recente onda de investimentos na década de 1990.

As metrópoles concentram parte crescente das riquezas, do poder econômico, dos capitais, do processo de acumulação, do Produto Interno Bruto (PIB) e das atividades estratégicas. Igualmente concentram as categorias sociais melhor remuneradas e os empregos mais qualificados. No entanto, são nas metrópoles que se observam também as maiores desigualdades sociais, elevados níveis de pobreza e desemprego (FIRKOWSKI e MOURA, 2001).

A população residente na Região Metropolitana de Curitiba (RM) e Região Não Metropolitana (RNM), em 2005, era cerca de um terço e dois terço população total do estado, respectivamente. Por outro lado, em 2004, o PIB na RM representava 60% e na RNM apenas de 40%, do total do estado, refletindo uma centralidade produtiva maior da capital e seu entorno em relação ao interior.

Rolim (1995) distinguiu o estado em dois “Paraná”, envolvidos em processos com dinâmicas diferentes, com certa interdependência entre os processos: Região Metropolitana e o interior do estado. A Região Metropolitana (RM) é responsável pela inserção do Paraná na economia urbano-industrial do Brasil. Foi na RM onde ocorreram as principais transformações industriais do estado e, gradativamente, a estrutura industrial foi desligando-se da base agroindustrial e concentrando-se em segmentos modernos voltados ao mercado nacional e internacional. Por outro lado, o interior do estado, ou seja, RNM apresentava presentes todas as contradições da agricultura brasileira, desde a agricultura moderna até a agricultura familiar, com diferentes graus de assimilação de progresso tecnológico; da produção de alimentos à produção de insumos industriais.

Staduto, et al. (2004a) analisaram o processo geral de divisão espacial do trabalho do ponto de vista da empregabilidade no estado do Paraná e verificaram que a oferta de mão de obra não atende a demanda por trabalho, principalmente na RM, que apresenta maior densidade industrial e as empresas de alta tecnologia. Por outro lado, o problema da empregabilidade tem dimensões menores no interior do estado, pois nessa grande região estavam instaladas concentradas várias atividades tradicionais que atende o perfil da mão de obra ofertante de menor qualificação.

4 Origem e definições do setor informal: o caso do Brasil

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) em estudo realizado dentro do Programa Regional de Emprego nos anos de 1970, no Relatório sobre o Emprego e Renda no Quênia, em 1972, utilizou o termo setor informal (SI) para descrever atividades dos trabalhadores pobres, os quais empregavam muita força laboral e baixa produtividade, mas não eram registrados, protegidos pela legislação vigente ou regulamentados pela autoridade pública (ILO, 1972).

Segundo Cacciamali (1983), o termo SI seria difundido por inúmeros estudos realizados pela OIT e sua definição estaria circunscrita por um conjunto de características: a) propriedade familiar do empreendimento; b) origem e aporte

próprio de recursos; c) pequena escala de produção; d) facilidade de ingresso; e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo estado.

No entanto, como ressalta Maloney (2004), por três décadas os pesquisadores não têm produzido consenso sobre a definição SI, e na literatura é amplamente divulgado como atividade em pequena escala, semi-legal e frequentemente de base familiar. A descrição e o enquadramento de qualquer atividade no âmbito do SI depende em grande parte das referências institucionais locais e do sistema de contabilidade social ou da base de informação disponível.

A grande mobilidade do conceito SI, segundo Lautier (1991) citado por Theodoro (2002), se deve a sua própria origem, de fato foi criada a noção de SI por uma instituição internacional (OIT), sendo aplicada, posteriormente, nas esferas política, acadêmica e demais organizações internacionais. Dessa forma, por tal singularidade se deve a grande imprecisão do conceito SI que perdura até os dias atuais.

Independente da imprecisão conceitual, esse fenômeno não é recente e conforme Cacciamali (1983), o objetivo da inserção de tal tema na agenda das agências internacionais visava elaboração de políticas que aliviassem a pobreza e a desigualdade social nos países economicamente atrasados. Além disso, havia a necessidade, sobretudo, de construir uma categoria analítica que englobasse os mais pobres nesses países.

Segundo ILO (2002), em 1991, na Conferência Internacional do Trabalho, a OIT ao mesmo tempo em que levanta a problemática e incluía nos seus projetos o SI, também enfrentava o seguinte dilema: deveria promover SI como um gerador de emprego e renda ou procurar estender a regulação e a proteção social para os agentes que estão imersos na informalidade. Se essa última situação fosse adotada como uma postura e estratégia, iria reduzir, conseqüentemente, as possibilidades de prover emprego e renda para um enorme contingente populacional. Esse dilema perdura até hoje em um cenário de crescimento e com mais complexidade.

Previa-se que a economia informal iria reduzir ao longo do tempo, no entanto, vem se observando o rápido crescimento em quase todos os lugares do mundo, incluindo os países industrializados, e não pode ser considerado um fenômeno temporário ou residual. Além disso, grande parte dos novos empregos criados recentemente, particularmente em países em desenvolvimento tem sido na economia informal.

No caso brasileiro e da América Latina, a dimensão do setor informal está fortemente relacionado ao modelo de desenvolvimento adotado a partir do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas (CEPAL), nos anos de 1950. A percepção do seu fundador e principal teórico Raúl Prebisch era que a deterioração da relação de troca entre os países subdesenvolvidos e centrais não permitia aos países pobres superarem essa condição, e o caminho para o crescimento econômico estaria na industrialização via substituição das importações.

Conforme Theodoro (2002), em relação ao mercado de trabalho, a CEPAL demonstrava preocupação com o enorme contingente de trabalhadores que estavam alocadas em atividades de baixa produtividade, em última análise esta situação perduraria devido à ausência de crescimento econômico. E a adoção do modelo de substituição das importações estaria ampliando o parque industrial e, conseqüentemente, absorvendo a mão de obra excedente, tal como havia proposto

Arthur Lewis no modelo dual desenvolvimento. O subemprego e as ocupações de baixa produtividade eram vistos pela CEPAL nesse período como fenômenos decorrentes do próprio processo de transição das economias subdesenvolvidas para patamares superiores. Ou seja, o SI era transitório, o setor industrial estaria absorvendo o trabalho excedente liberado das atividades agropecuárias em razão da entrada do progresso tecnológico.

O ajustamento do mercado de trabalho que impactaria na redução do SI não foi constatado, segundo ainda Theodore (2002), a chamada Teoria da Dependência nos anos de 1960 formula de forma diferenciada a problemática do SI, sendo que mesma não estava centrada na relação de troca entre centro e periferia, mas principalmente na relação de classes sociais internamente ao país. Para os autores dessa corrente teórica e, mais especificamente a marginalista, o subemprego não será visto como um fenômeno transitório, mas, sim, parte das economias subdesenvolvidas. Essa idéia como foi descrito anteriormente é amplamente relatada nos documentos da OIT e por pesquisadores. Independente da cristalização desse fenômeno avançaram as discussões e as perspectivas sobre os trabalhadores e as atividades informais, pois se trata de um tema que afeta a população de estrato de renda mais baixo e está associado à pobreza, exclusão e subdesenvolvimento.

Perry et al (2007) enfatizaram que perspectiva analítica do setor informal pela abordagem da exclusão dos benefícios públicos essenciais ou dos circuitos da economia moderna (crédito; transferência de tecnologia de produto, processo e gestão; exportação entre outros) está tendo maior destaque na literatura. Essa exclusão pode ter três fronteiras entre a formalidade e informalidade. A primeira e mais antiga se aloja na literatura sobre mercado de trabalho, abordado teoricamente na ótica da segmentação, fundamentalmente, no modelo dual. Nesse modelo, os trabalhadores com pouca qualificação e com vícios indesejáveis para os padrões de firmas modernas encontram na economia informal um espaço quase que exclusivo para aplicar a sua força de laboral.

A segunda é o trabalho seminal de Soto (1989) que mostra o quanto são onerosas as normas de legalidade que impedem as pequenas empresas ingressarem na formalidade. A terceira evidencia que as empresas de maior porte em decorrência de grande carga regulatória e fiscal podem se manter parcialmente informais. Segundo Theodore et al. (2007), esses três fatores são importantes, no entanto formulam uma segunda perspectiva partir de Hirschman (1970): muitos trabalhadores, empresas e famílias escolhem o seu melhor nível de envolvimento com as normas e instituições públicas, ou seja, fazem análises implícitas de custo e benefício.

Essas abordagens descritas na literatura sobre a fronteira da formalidade e informalidade serão consideradas no conjunto e reconhecida sua importância para analisar o comportamento do SI ao longo do tempo. E é introduzindo nesse trabalho a regionalização o SI, no âmbito do estado do Paraná, a RM e a RNM. Elas apresentam sub-processos produtivos particulares que os distinguem sobre o ponto de vista das normas e instituições apesar de serem imputadas horizontalmente, mas podendo afetar de modo diferenciado.

5 Procedimentos metodológicos

Segundo Ramos e Ferreira (2006), é possível avaliar de duas formas a

importância das mudanças na estrutura setorial para a variação na informalidade em certo período de tempo. Na primeira, o instante de tempo qualquer, o grau de informalidade do mercado de trabalho pode ser obtido com a soma dos produtos, dentro de cada setor, do grau de informalidade e da participação do setor na ocupação total, isto é:

$$GI_t \equiv \sum GI_{it}.PES_{it}$$

Em que:

GI_t = Grau de informalidade no instante t ;

GI_{it} = Grau de informalidade do setor i no instante t ;

PES_{it} = participação do setor i no emprego total no instante t .

A segunda consiste em verificar qual seria a mudança no grau de informalidade caso a composição setorial houvesse mudado, de modo que não ocorresse alteração na informalidade dentro de cada setor, e assim comparar a magnitude desse resultado com aquela realmente observada. Esse método responder pergunta o quanto seria o grau de informalidade (GI) hoje, caso apenas a estrutura setorial tivesse mudado. Então se consideram as seguintes expressões:

$$GI_t^* \equiv \sum GI_{it-1}.PES_{it}$$

$$CES_{t,t-1} = (GI_t^* - GI_{t-1}) / (GI_t - GI_{t-1}) = \sum i \Delta GI_i PES_{is} / \Delta GI$$

Em que: Δ corresponde à variação da respectiva variável no intervalo de tempo considerado.

A contribuição da estrutura setorial, $CES_{t,t-1}$, corresponde ao grau de informalidade que prevaleceria no instante t , caso apenas a estrutura setorial do emprego tivesse se alterado, com o grau de informalidade dentro dos setores permanecendo igual ao instante $t-1$. Assim, a contribuição da estrutura setorial da ocupação $CES_{t,t-1}$ para explicar a variação do grau de informalidade do mercado de trabalho entre os instantes t e $t-1$.

A fonte dos dados foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este banco de dados fornece dados anuais e não são coletados nos anos censitários, 1991 e 2000, e excepcionalmente em 1994. O período da análise foi de 1992 a 2006. A variável que trata das formas de trabalho e também considera apenas os trabalhadores com 10 ou mais anos de idade, foi reagrupada em dois grandes grupos. O primeiro grupo, definido como formal, envolve todos os trabalhadores que possuem algum vínculo empregatício formal ou que possuem alguma forma de proteção e amparo da legislação trabalhista. Já o segundo grupo, chamado de informal, abrange todos os trabalhadores que exercem alguma forma de trabalho, mas que não tem carteira assinada ou qualquer outra forma de amparo perante a legislação trabalhista⁷.

⁷ Formal: empregados com carteira, trabalhadores domésticos com carteira, militares e funcionários públicos. Informal: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira, empregados e

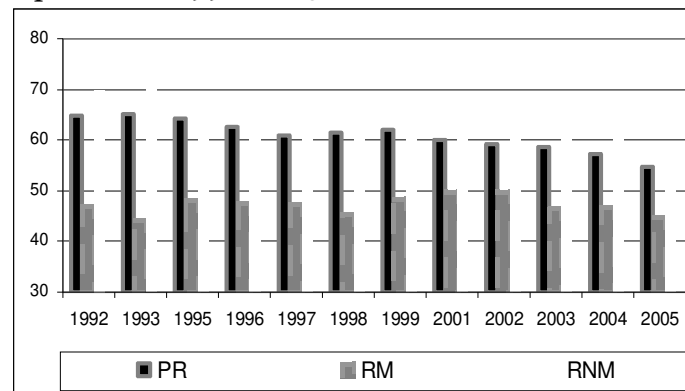
6 Resultados e discussões

Para o Estado do Paraná em 1992 o GI era 65% (Gráfico 1) e para o Brasil era 52%, já em 2005 no Paraná era 55% enquanto no Brasil era 50%, observa-se que apesar de superior, o decréscimo na economia paranaense foi muito mais acelerado em relação à média nacional. Percebe-se que a queda no índice de informalidade observada no estado paranaense foi ocasionada preponderantemente pela redução na RNM, como também na RM, porém em menor intensidade.

A redução do GI na RM de Curitiba foi pequena no período analisado 1992 a 2005, os índices mais elevados nesta região ocorreram nos anos de 2001 e 2002, chegando a quase 50% do total de trabalhadores ativos na RM de Curitiba. Apesar do grande número de novas indústrias instaladas nessa região a formalidade não teve clara tendência de redução, sendo que esse comportamento se deve provavelmente a natureza dela, intensiva em capital. Além disso, estava em curso o forte ajustamento do processo produtivo devido à competição internacional que resultou em terceirização de várias atividades as quais contribuem para informalidade.

Já na RNM, o GI, em 1992, inicia em patamares altíssimos, os ramos de atividade tidas tradicionais⁸ no estado estão fundamentalmente instaladas nessa região, as quais são absorvedoras de mão de obra e apresentam todas as características que normalmente descrevemos como informalidade anteriormente. Por exemplo, a indústria têxtil apresenta uma informalidade administrada pelos empresários, ou seja, é muito oneroso se enquadrar plenamente na formalidade; e devido à acirrada competição com os produtos chineses, poucas indústrias são formalizadas. Além disso, naturalmente a atividade agropecuária é preponderante no interior do estado do Paraná e é um setor com altíssimo GI. Pode-se notar que o ano de mais elevado GI ocorreu em 1993, chegando a abranger quase 71% do total de trabalhadores da região. Entretanto, o dado mais interessante é o comportamento decrescente do GI ao longo do período analisado.

Gráfico 1 – Grau de informalidade no Estado do Paraná, região metropolitana e região não-metropolitana – 1992-2005



Fonte: PNAD. Elaboração pelos pesquisadores.

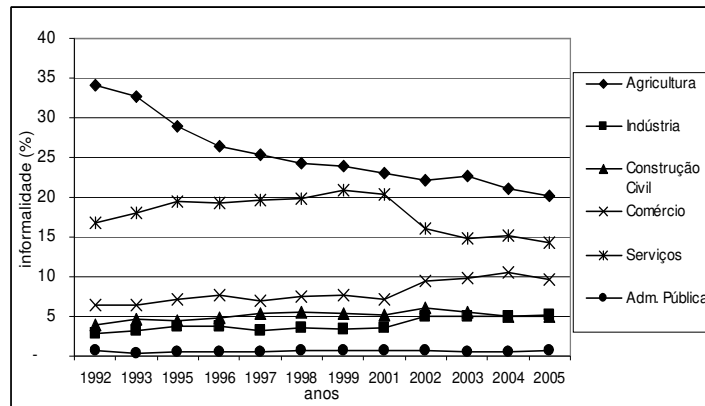
trabalhadores domésticos sem declaração de carteira, trabalhadores por conta própria, trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso e trabalhadores sem remuneração.

⁸ Ramos industriais tradicionais: da madeira e mobiliário; do papel, papelão, editorial, e gráfica; da borracha, fumo couros, peles, similares, ind. diversas; têxtil, vestuário e artefatos de tecidos; de calçados; e de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico.

Os Gráficos 2, 3 e 4 mostram a participação setorial do estado do Paraná, RM e RNM, respectivamente, e pôde-se notar claramente pelo Gráfico 2 que o setor agropecuário e em segundo plano o setor de serviços foram fundamentais para a redução do GI em todo o estado. Na RM o setor de serviço teve contribuição mais efetiva para redução do GI no final do período (gráfico 3). No setor de serviços foi crescente o GI no início dos anos de 1990, momento de forte terceirização da indústria de transformação. Acredita-se que muitas firmas foram criadas de modo precário, mas depois houve uma reverão a partir de 1999, quando ocorreu forte redução da informalidade.

Na RNM a queda foi fortíssima do GI e o grande responsável foi o setor agropecuário. A interpretação mais adequada para a redução do GI para esse setor foi devido à intensa redução de postos de trabalho, devido o processo de modernização da agropecuária que mecanizou várias atividades (Staduto, et al., 2004b). Pôde-se também registrar que algumas culturas intensivas no uso de mão de obra deslocaram-se para outros estados, tais como, mandioca e algodão (Gráfico 4).

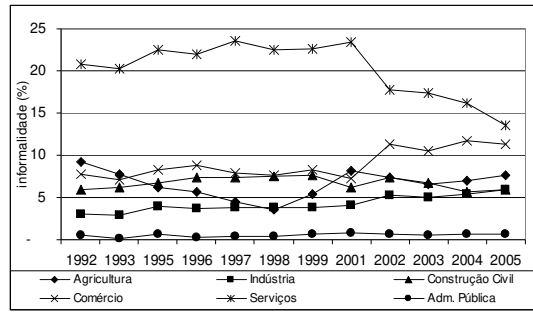
Gráfico 2 – participação dos setores na informalidade dos no estado no Estado do Paraná – 1992-2005



Fonte: PNAD. Elaboração dos autores.

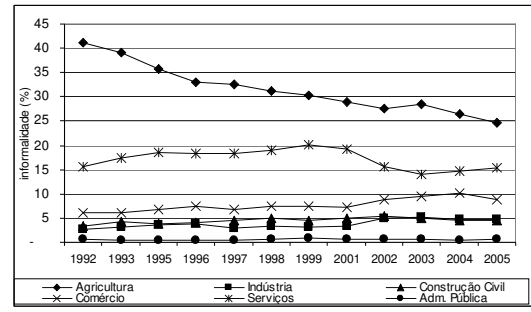
Por outro lado, os Gráficos 3 e 4 mostram que o comércio aumentou a sua contribuição para a informalidade nas duas regiões, além disso, na capital e em seu entorno houve forte aumento da informalidade coincidindo com aumento da taxa de desemprego das regiões metropolitanas do País. Em 2002, o setor comercial se aproxima de um novo patamar de informalidade em torno de 10%, nesse mesmo ano segundo análise de Ramos e Brito (2003), foi um ano de alta taxa de desemprego e baixa taxa de participação do mercado de trabalho, isto significa que o mercado de trabalho estava em uma condição muito delicada porque caso aumentasse a taxa de participação, o nível de desemprego seria muito superior. O comércio informal muito provavelmente foi o refúgio da parcela da mão-de-obra que poderia estar no desemprego aberto. A construção civil e a indústria de transformação de forma menos expressiva contribuíram para o aumento do GI do estado do Paraná. No caso da construção civil a RM apresentou variações no período sem de mostra clara tendência de crescimento.

Gráfico 3 – Participação por setores na informalidade na RM



Fonte: PNAD. Elaboração dos autores

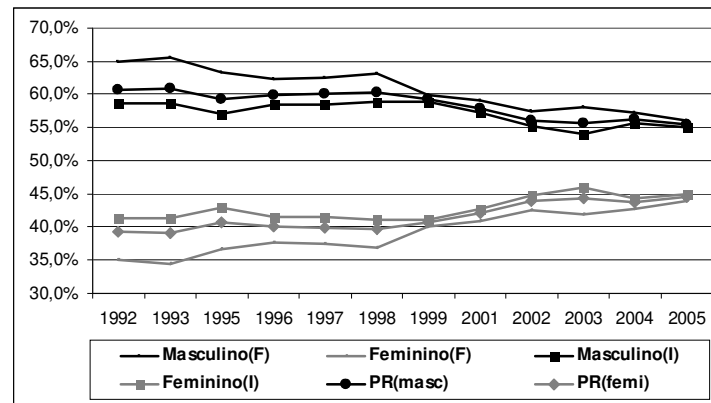
Gráfico 4 – Participação por setores na informalidade na RNM



Fonte: PNAD. Elaboração dos autores.

A inserção inicial da mulher no mercado de trabalho ocorre mais intensamente através da informalidade, situação oposta ao dos homens. A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro está ampliando como ocorre nos demais países, mas ainda com forte segregação, o setor de serviços concentra o maior número de trabalhadoras, e a tendência de redução do GI contribuiu para que as mulheres também tivessem participação do mercado de trabalho em condições melhores e reduzindo a sua precarização. O Gráfico 5 mostra uma convergência na formalidade e informalidade entre homens e mulheres. No entanto, conforme constatou Maldaner (2006), não significa que não haja discriminação salarial no estado do Paraná.

Gráfico 5 – Participação dos trabalhadores na formalidade e informalidade por sexo no Estado do Paraná



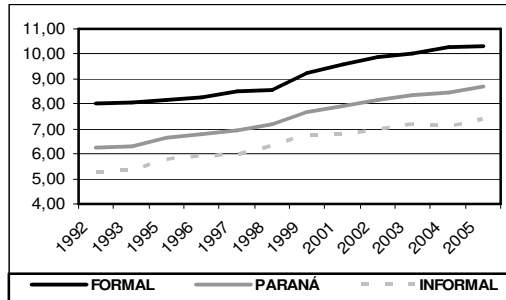
Fonte: PNAD. Elaboração dos autores.

Nota: F: trabalhador formal; I: trabalhador informal.

O Gráfico 6 revela que a exigência da demanda de mão de obra mais qualificada na economia paranaense está crescendo. Esse comportamento é similar na RM e RNM, e, por outro lado, do ponto de vista da oferta mostra que há um trabalhador mais qualificado. Podemos inferir isto pelo fato de que o setor formal, bem como o informal, apresenta a mesma tendência. O Gráfico 7 mostra que a idade média da mão de obra ocupada nos setores formal e informal aumentou. Demonstrando que há uma preferência por trabalhadores mais experientes, e estão disponíveis dentro do mercado de trabalho paranaense e nacional, mas tem o lado perverso é a pouca inserção dos trabalhadores jovens do mercado de trabalho. Eles estão tendo dificuldades de iniciarem as suas vidas profissionais tanto no setor

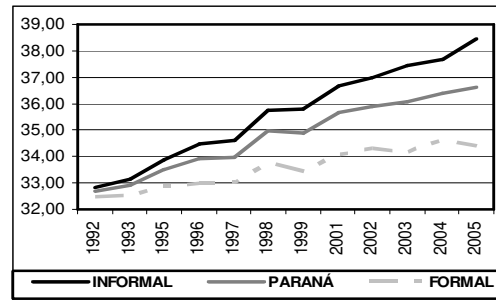
formal como no setor informal.

Gráfico 6 – anos de estudo médio dos trabalhadores informais e formais e total no Estado do Paraná



Fonte: PNAD. Elaboração dos autores

Gráfico 7 – idade média dos trabalhadores informais, formais e total no Estado do Paraná



Fonte: PNAD. Elaboração dos autores

As Tabelas 1 a 9 mostram a contribuição da estrutura setorial (CES) do emprego para a evolução do GI, dimensionado para o estado do Paraná e por região. A Tabela 1 mostra que o estado do Paraná os anos 1992/1996 que a CES para o comportamento da GI foi de 21%. Os setores mais importantes em termos de ocupação foram a agricultura, o comércio, a indústria e serviços, 1996 representavam 89% do contingente de trabalhadores, através das mudanças em seus respectivos tamanhos contribuíram para 97% das variações na informalidade (Tabela 1).

Já o período de 1997/2001 o CES foi de 55%. Nesse período houve uma expressiva variação na estrutura produtiva do estado que ocasionou variações importantes na explicação das variações da informalidade. A contribuição das mudanças de tamanhos dos setores da agricultura, indústria e serviços explicaram 77% dessa variação do GI no estado, os quais somavam 75% do total de ocupados. Nota-se também que o setor de serviços atuou em sentido oposto ao da agricultura (Tabela 2).

O último período de análise, 2002/2005 o CES correspondeu a 10%, e pode-se notar que para o estado a pequena magnitude CES nesse último período. Na década de 1990 que ocorreram os grandes ajustes macroeconômicos com impactos mais fortes nos setores. Os resultados ainda evidenciam a perda de participação dos setores de agricultura, indústria e serviços nas variações da informalidade para o estado. Em 2005, tais setores detinham 68% da mão de obra e ocasionaram 65% das mudanças mencionadas. A perda da participação acentuada da agricultura, o surgimento do setor de serviços como principal empregador do estado, combinado com a diminuição do grau de informalidade deste setor, são fatores preponderantes para os dados obtidos nos três períodos da análise estadual (Tabela 3).

Tabela 1 – Contribuição da estrutura setorial do Estado do Paraná, 1992 – 1996 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
1992	36	12	6	12	29	4	94	24	66	54	57	16
1996	30	13	6	13	34	4	89	29	76	58	57	12
Efeito da realocação setorial												21

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2 - Contribuição da estrutura setorial do Estado do Paraná, 1997 – 2001 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
1997	28	13	7	13	35	4	90	24	73	54	56	13
2001	25	13	7	14	37	5	93	27	80	52	55	14
Efeito da realocação setorial												55

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3 - Contribuição da estrutura setorial do Estado do Paraná, 2002-2005 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
2002	22	17	7	21	29	5	92	31	76	46	49	13
2005	25	13	7	14	37	5	94	33	74	54	53	14
Efeito da realocação setorial												10

Fonte: Dados da pesquisa.

Para os anos de 1992/1996 na RM, nota-se que o CES foi expressiva, 59%. As mudanças de tamanho dos setores da agricultura, indústria, construção civil e serviços foram responsáveis por 99% dos índices obtidos. (Tabela 4). Entre 1997/2001 o CES reduziu para 14%, sendo que grande parte da variação da informalidade ocorreu devido à alteração do GI em cada setor. Os setores da indústria, comércio e serviços, somando 78% dos ocupados, contribuíram em 50% para a variação na informalidade. O setor de serviços teve a maior participação, pois o grau de informalidade que prevaleceria em 2001, caso apenas a estrutura setorial do emprego tivesse se alterado, considerando o grau de informalidade dentro do setor constante, mostrou-se sozinho responsável por mais da metade da contribuição para a região. A agricultura também teve grande participação, ao contrário do período anterior, teve uma elevação na participação do total de ocupados (Tabela 5). No período de 2002/2005, o CES reduziu para apenas 8%. Os setores industrial, comércio e serviços foram responsáveis por 62% da informalidade, tendo eles participação de 79% da mão-de-obra (Tabela 6).

Tabela 4 – Contribuição da estrutura setorial da RM, 1992 – 1996 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
1992	9	19	10	15	42	5	97	16	61	51	50	9
1996	6	17	10	17	45	5	97	21	73	52	49	6
Efeito da realocação setorial												59

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5- Contribuição da estrutura setorial da RM, 1997 – 2001 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
1997	5	18	11	16	47	5	96	21	69	51	50	8
2001	8	17	8	15	46	5	97	25	78	48	51	14
Efeito da realocação setorial												14

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 6 - Contribuição da estrutura setorial da RM, 2002-2005 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
2002	8	18	10	22	38	5	98	30	74	52	47	15
2005	8	20	8	23	36	5	97	29	77	49	38	12
Efeito da realocação setorial												8

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre 1992/1996, o CES foi de 18%, os setores agropecuário e serviços foram os principais responsáveis. Esses dois setores responderam por 52% da informalidade em 1996 (Tabela 7). Entre 1997/2001 verificou-se uma dicotomia clara nesta região. Enquanto alguns setores têm participação positiva no GI, outros atuam em sentido oposto, entretanto, em todos se verificam valores elevados. A agricultura, indústria e construção civil atuaram negativamente para qualidade do emprego com o crescimento do GI. Mas se deve ressaltar que a agricultura teve redução de sua participação contribuindo para o contínuo decréscimo da informalidade no interior do estado do Paraná. Nessa análise, a agricultura, construção civil, comércio e serviços, que detinham 84% da mão de obra, as mudanças dos respectivos tamanhos contribuíram para 68% da variação na informalidade. Nesse período apresentou o maior CES, 34%(Tabela 8).

Para o período de 2002/2005, nota-se uma expressiva redução na informalidade no setor de serviços e uma pequena redução para a indústria, que combinados com sua participação no total dos trabalhadores – 46% - ocasionaram uma contribuição de 50% para a variação na informalidade (Tabela 9). Assim na RNM foi o período de menor CES para a variação da informalidade, 12%.

Tabela 7 - Contribuição da estrutura setorial da RNM, 1992 – 1996 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
1992	44	10	5	11	26	4	94	28	68	55	60	19
1996	37	11	5	12	30	4	89	33	78	61	61	14
Efeito da realocação setorial												18

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 8 - Contribuição da estrutura setorial RNM, 1997 – 2001 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
1997	36	12	6	12	31	3	90	25	76	56	60	15
2001	31	12	6	13	33	4	93	28	81	54	58	14
Efeito da realocação setorial												34

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 9 - Contribuição da estrutura setorial da RNM, 2002-2005 (%)

Ano	Estrutura Ocupacional						Informalidade					
	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P	Agric	Indus	Con C	Com	Serv	Adm P
2002	30	14	7	16	28	5	93	34	74	54	56	13
2005	27	15	6	16	32	4	91	33	76	53	49	14
Efeito da realocação setorial												12

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerações finais

Um dos aspectos importantes no mercado de trabalho é o comportamento setor informal, pois ele sinaliza sobre o nível de precariedade dos postos de trabalho e, conseqüentemente, do bem-estar dos trabalhadores. Neste artigo o estado do Paraná foi analisado considerando duas regiões a Região Metropolitana de Curitiba (RM) e Região Não Metropolitana (RNM), ou seja, o interior do estado.

O estado do Paraná apresentou reações diferenciadas considerando a RM e a RNM ao deslocamento produtivo oriundo do centro dinâmico do país, o estado do São Paulo, e ao novo ambiente competitivo dado pela abertura comercial. Esse novo cenário foi analisado do ponto vista do mercado de trabalho e, mais especificamente, da informalidade.

No estado do Paraná os setores mais importantes no comportamento do grau de informalidade são os da indústria, serviços e agricultura, mas tiveram papéis diferenciados para cada uma das regiões examinadas: RM e RNM. No caso da RM a indústria teve forte relação com o setor de serviços, várias atividades foram retiradas das indústrias e passaram para o setor de serviços, sendo que muitas delas inicialmente eram informais, mas ao longo do período analisado foram se formalizando e, também, estruturando-se em empresas de maior porte e mais complexas na prestação de serviços. O comércio teve uma participação importante para aumentar a informalidade na RM principalmente a partir de 1999. A RM foi receptora de grande contingente populacional oriundo do interior do estado e o comércio informal pode ter sido uma opção de trabalho para muitos desses migrantes. O setor agropecuário nesta região não era tão expressivo, entretanto, o fechamento dos postos de trabalhos foi importante para redução do grau de informalidade.

Na RNM a indústria predominante ainda é a tradicional, intensivas em mão de obra. O crescimento dessa indústria acarretou na expansão da informalidade, porque são atividades que podem ser facilmente se acomodarem na informalidade para se tornarem mais competitivas aos produtos importados, como é o caso da indústria têxtil. A agricultura foi a grande responsável pela redução da informalidade devido ao intenso processo de fechamento de postos de trabalho.

O perfil demográfico da mão de obra ocupada revela que o setor informal acompanha o formal quanto ao aumento do nível de instrução dos trabalhadores ocupados, bem como de experiência. A inserção inicial da mulher no mercado de trabalho ocorre mais intensamente através da informalidade, situação oposto ao do homem.

As políticas públicas devem ser adotadas para promover o emprego, tais como as cooperativas de trabalhadores para tentar amenizar os problemas que ocorrem entre os trabalhadores informais, de modo a aumentar o poder de decisão destes trabalhadores nas discussões e reivindicações por melhorias de suas condições de trabalho, tal como sugere Singer (2000). Por outro lado, as políticas públicas podem agir aumentando o crédito para as atividades que ofertam bons postos de trabalho. Desta forma, essas duas perspectivas de políticas públicas devem atuar para reduzir a precariedade do trabalho e para superar o dilema enfrentado pela OIT.

Referências

AMBROZIO, A. M. Aumento do emprego contrasta com a destruição em SP e RJ. **Visão do Desenvolvimento**, BNDES, v. 35, setembro, p.8, 2007.

BEYERS, W. B.; NELSON, P. B. Contemporary development forces in the nonmetropolitan west: new insights from rapidly growing communities, **Journal of Rural Studies**. v. 16, p. 459–474, 2000.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: IPE/USP, 1983.

COMIM, A.A., GUIMARÃES, N.A. Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro de desemprego. In: LAVINAS, L., LEÓN, F. (coord.) **Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho**. Santiago do Chile: CEPAL. (série 60), 2002.

COSTANZI, R. N. **Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2004) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda**. Brasília: IPEA. (texto para discussão, 1039), 2004.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65- 84, 1997.

DE SOTO, H. **The other path: invisibles revolution in third world**. New York: Basic Book, 1989.

FIRKWOSKI, O. L. C. de; MOURA, R. Regiões metropolitanas e metrópoles: reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil. **Revista RA'EGA: o espaço geográfico em análise**, v. 5, n. 5, 2001.

HISCHMAN, A. O. **Exit, voice, and loyalty: responsive and decline in firms, organizations, and state**. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

ILO – INTERNACIONAL LAUBOR ORAGANIZATION. **Employment, income and equality: a strategy for increasing production employment in Kenya**. Geneve: ILO, 1972.

ILO – INTERNACIONAL LAUBOR ORAGANIZATION. Decent work and the informal economy: sixth item on the agenda. In: ILO. **Internacional Laubor Conference**. Geneve: ILO, 2002.

LACERDA, A. C. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1999.

LAUTIER, B. Les travailleurs n'ont pas la forme. Informalité des relatuions de travail et citoyenneté em Amérique Latine. In: LAUTIER, B; MIRAS, C.; MORICE, A. **L'Etat et l'informel**. Paris: l'Harmattan, 1991.

MALDANER, S. I. **Discriminação por gênero no mercado de trabalho brasileiro**. In: Monografias premiadas: Prêmio, IPEA-Caixa 2005. Brasília: IPEA/Caixa, 2006.

MALONEY, W. F. Informality revisited. **World Development**, v. 32, n. 7, p 1159-1178, 2004.

MOTIM, B. M. L; FIRKOWSKI, O. L. C. F; ARAÚJO, S. M. P. Desconcentração da indústria brasileira e seus efeitos sobre os trabalhadores na indústria automobilística no Paraná. **Scripta Nova**, Barcelona: Universidad de Barcelona. n. 119 (88), ago, 2002.

NERI, M., CAMARGO, J.M., REIS, M.C. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Rio de Janeiro: IPEA. (texto para discussão, 743), 2000.

PERRY, G. E. et al. **Informality: exit and exclusion**, Washington, World Bank, 2007.

RAMOS, L.; BRITO, M. Funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro 1991-2002: tendências, fatos estilizados, mudanças estruturais. **Boletim do Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n. 22, nov., 2003

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro, 1992-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (texto para discussão, 1027), 2004.

_____. Padrões espacial e setorial de evolução da informalidade no Período 1991-2005. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 471-488, 2006.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista de Desenvolvimento Paranaense**. n. 86, p. 49-99, 1995.

SABÓIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. **Nova Economia**, v. 11, n. 2, dez. p. 85-122, 2001.

SINGER, P. O. Trabalho informal e a luta da classe operária. In: DOMBROWSKI, O; JEN, K; MARTINS, R (Org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 11-13. (coleção Brasil urgente), 2000.

STADUTO, J. A. R; TREVISOL, S. L; JONER, P. R. Sistema público de emprego no Paraná: uma análise regionalizada da intermediação de mão-de-obra. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 106, p. 49-69, jan-jun, 2004a.

STADUTO, J.A.R.; PERY, F.A.; BACHA, C.J.C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, IEA, v.51, n. 2, p.57-70, jul./dez. 2004b.

STADUTO, J.A.R, MALDANER, I.S. Labor income dispersion between the metropolitan and non-metropolitan regions in the state of Paraná, Brazil In.: RSAI World Congress, 2008, São Paulo. World Integration, Emerging Countries, Lagging Regions and Sustainability. **Anais**.São Paulo: USP, 2008. CD Rom.

STAMM, C. **O fenômeno dos movimentos pendulares dos trabalhadores intermunicipais entre as cidades de porte médio: o caso de Cascavel e Toledo (PR)**. Toledo, 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

THEODORO, M. **O estado e os diferentes enfoques sobre o informal**. Brasília, DF. (texto para discussão, 919), 2002.